

Nota de imprensa

A Direção da APEC (Associação Portuguesa de Escolas Católicas) foi recebida no dia 3 de abril de 2018 em audiência na Assembleia da República, pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. A audiência teve como finalidade a apresentação aos deputados das principais preocupações das Escolas Católicas (EC) no atual contexto educativo, recordando ao Parlamento a importância da dimensão e impacto da sua proposta no tecido educativo português.

Na sua intervenção, o Secretário-geral da APEC afirmou a relevância histórica da EC no nosso país, não só no passado remoto mas também no passado mais recente, quando, há cerca de 50 anos, a resposta estatal era particularmente diminuta e escassa. Nesta época, foram as EC, conjuntamente com as escolas de matriz cristã e outras escolas privadas o garante do acesso alargado dos cidadãos à educação e ao ensino, sobretudo no setor liceal. O Secretário-geral alertou para o encerramento, desde 2010 até ao presente, de 36 EC, “não porque não tivessem procura (pelo contrário!), mas porque deixaram de ter financiamento estatal ou porque os pais, apesar de quererem fazer delas a escolha para os seus filhos, não tinham dinheiro para suportar as propinas”. Alertou ainda para o perigo de a maioria das atuais 26 EC com contrato de associação poder encerrar se não for invertida urgentemente a atual política de financiamento, que contraria o direito à liberdade de escolha, por parte de todos os pais, da escola para os seus filhos. “Continuando esta política de cortes colossais no apoio financeiro às famílias”, alertou o responsável, “a EC ficará, contra aquilo que são os seus princípios e finalidade, apenas reservada a uma elite que possa pagar propinas. Será isto justo, ademais quando está provado que a escola privada contratualizada não fica mais cara ao Estado do que a escola estatal?” Além do critério da liberdade de ensinar e de aprender, a APEC clarificou que o outro critério do Estado para apoio às escolas e às famílias deverá ser o da qualidade do seu desempenho, em relação ao qual, genericamente, as EC em Portugal são um exemplo de confiança, competência, inovação e sucesso.

No ato, a APEC fez-se acompanhar pela Presidente da FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais do Ensino Católico), Cristina Agreira, que reforçou a necessidade de um Estado cumpridor das suas obrigações constitucionais e, por isso, possibilitador às famílias da liberdade de escolha da escola para os seus filhos, em condições completas de igualdade de acesso democrático.

Na troca de opiniões travada entre os representantes da EC com os deputados, foi reafirmada por estes a imprescindibilidade do respeito por parte do Estado do direito acometido aos pais para a escolha da escola dos seus filhos, apesar das posições diferenciadas que a este nível tiveram os deputados que usaram da palavra em nome do partido que representavam.

Faça-se notar que existem hoje 141 EC no nosso país, onde estudam cerca de 73 mil alunos até ao final do ensino secundário. As EC empregam cerca de 6000 docentes e 4000 funcionários não docentes. A cultura e o espírito da EC atingem para cima de meio milhão de cidadãos, uma vez que, além dos alunos e pais, também os avós são envolvidos e comprometidos neste processo educativo.

A Direção da APEC

(3 de abril de 2018)

NB:

Para esclarecimentos complementares: Jorge Cotovio (Secretário-geral da APEC), tel. 967 016 871.